



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140797 - CE (2021/0001668-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : PAULO ROGERIO BEZERRA DO NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALEXANDRINA CABRAL PESSOA - CE027003  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : VALBERTO EVANGELISTA DA COSTA  
**CORRÉU** : CARLOS EDUARDO ANDRADE DE LIMA  
**CORRÉU** : FABIANO GOMES DE BRITO  
**CORRÉU** : JOSE RICARDO DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : DANIEL BARBOSA DA COSTA  
**CORRÉU** : WESCLEY GOMES LIMA  
**CORRÉU** : HARPLEY RIBEIRO MACIEL  
**CORRÉU** : MAX ANTONIO PIMENTEL DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : MARCOS SOUSA DE OLIVEIRA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PAULO ROGERIO BEZERRA DO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (*Habeas Corpus* n. 0636705-08.2020.8.06.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde 16/9/2020 e foi denunciado pela prática em tese do crime previsto no art. 17, *caput* e § 1º, da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta a ilegalidade da segregação cautelar por força da inidoneidade dos motivos apresentados e pela ausência de contemporaneidade em relação ao fato criminoso que a motivou, ocorrido em fevereiro de 2017.

Alega que a sua liberdade provisória ou a conversão da prisão preventiva em domiciliar humanitária é necessária para que possa prestar assistência à sua mãe, que é acometida de câncer.

Requer, liminarmente, a conversão da prisão preventiva em domiciliar. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva ou confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

De acordo com o acórdão impugnado, a prisão preventiva está fundada na gravidade concreta do fato delitivo, haja vista que, consoante o decreto prisional, o recorrente, que é policial militar, tinha ligação com organização criminosa voltada para a prática de extorsão e crimes correlatos, atuando no comércio ilegal de armas de fogo e de munições.

Ademais, destacou-se que o recorrente figura no polo passivo de outras ações penais, razão por que a custódia cautelar apresenta-se necessária para interromper a habitualidade delitiva.

No que se refere ao requisito da contemporaneidade, o acórdão recorrido salienta o seu cumprimento, na medida em que a prisão preventiva é paralela com os fatos justificadores de riscos que busca evitar.

Constou, ainda, no acórdão o seguinte:

Logo, mesmo que se realizasse uma interpretação extensiva da norma processual penal, equiparando a situação do paciente com a de pessoas imprescindíveis aos cuidados de pessoa com deficiência, não restou demonstrado a condição de pessoa imprescindível aos cuidados da sua genitora, pois consta nos autos que ela possui outros filhos, além de cônjuge. Além disso, está fazendo seu tratamento médico regular pelo SUS, inclusive foi anexada decisão determinando que a União fornecesse medicamento que não era ofertado pelo sistema público de saúde.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente